



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Direito, Crime e Dependências [AT]

A DENÚNCIA DE SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA NA POPULAÇÃO PORTUGUESA COM 60 OU MAIS ANOS

SANTOS, Ana João

Mestre em Psicologia

Departamento de Epidemiologia, Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP

ana.carvalho@insa.min-saude.pt

KISLAYA, Irina

Mestre em Estatística

Departamento de Epidemiologia, Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP

irina.kislaya@insa.min-saude.pt

GIL, Ana Paula Martins

Doutorada em Sociologia

Departamento de Epidemiologia, Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP

ana.gil@insa.min-saude.pt

Resumo

Atualmente a violência contra as pessoas idosas é uma problemática reconhecida em Portugal. Têm sido desenvolvidos estudos (ABUEL e AVOW), nos últimos anos, sobre a sua extensão e natureza, mas permanecem lacunas na literatura, nomeadamente ao nível da procura de ajuda e denúncia por parte das vítimas. É, contudo, consensual que a maior parte das pessoas idosas não denuncia ou procura ajuda quando vivencia uma situação de violência em contexto familiar.

No âmbito do estudo de prevalência a nível nacional de violência contra as pessoas idosas em contexto familiar - “Envelhecimento e violência” – apresentam-se alguns dados relativos à denúncia por parte de pessoas com 60+ anos vítimas de violência. O estudo recolheu, através de um inquérito telefónico, dados sobre experiências de violência em contexto familiar a partir de uma amostra aleatória de 1123 indivíduos com 60+ anos a residir em Portugal.

Apenas um terço (35%) das vítimas de violência em Portugal denunciou ou apresentou queixa sobre a situação de violência que viveu. Das vítimas que procuraram uma instituição ou serviço, a maioria dirigiu-se a uma força de segurança, como a GNR e a PSP (20%), seguindo-se a rede informal (7%).

Dos motivos evocados, pelas pessoas com 60+ anos vítimas de violência, para não denunciarem ou procurarem ajuda, considerar o incidente como irrelevante (38.1%) foi um dos principais, seguindo-se a importância da família e os laços afetivos com o agressor (10.5%). Com menor frequência as vítimas indicaram o medo (de represálias ou de agravar a situação), bem como o medo que ninguém acreditasse (5.9%) e a falta de informação relativa a quem recorrer (5.1%).

Estes resultados sugerem que esta problemática permanece ainda como um tabu, com a maior parte das vítimas a vivenciarem em silêncio a violência. As barreiras internas, que se referem ao sistema de crenças da vítima e à dinâmica relacional da vítima com o perpetrador, aparentam ser mais determinantes que as barreiras externas, como serão as dificuldades no acesso e utilização de serviços e respostas sociais.

Abstract

Violence against older adults is nowadays a recognize phenomenon in Portugal. Studies on its extension and nature have been developed (ABUEL, AVOW) for the past years. Nonetheless gaps remain in relation to the help-seeking behaviour, even though it's widely accepted that the majority of older adults victim of violence do not report it.

In the context of a national prevalence study on violence against dwelling older adults -“Ageing and violence study” - data regarding the help-seeking behaviour of people aged 60 or more is presented. The study comprised a nationally representative stratified probability sample of 1123 older adults and the data was collected by computer-assisted telephone interviews.

Only a third (35%) of the victims talked about the violence incident in the informal setting or reported it to any formal agency. About 20% of the victims filled a complaint (police force and public prosecutor), followed by the older adults whom talked to the informal network (7%). The most common reasons which older adults reported as preventing them from talking about or reporting the most serious incident of violence were: considering the incident was not serious (38.1%), protection and importance given to the family bound (10.5%), fear of reprisals (5.9%) and not knowing where to ask for help (5.1%).

The research findings suggest the phenomenon still appears to remain a hidden subject, viewed as taboo in Portuguese society. The results indicate the preponderance of the internal barriers - which concern the victim and perpetrator belief system and relationship dynamics - over the external barriers encompassing, for instance, conditions limiting access to and use of services.

Palavras-chave: Violência, pessoas idosas, denúncia, queixa

Keywords: Violence, older adults, Help-seeking

Introdução

A violência contra as pessoas idosas tem vindo a ganhar maior visibilidade na pesquisa científica a par do seu reconhecimento por organismos internacionais (Gil *et al.*, 2012; Santos *et al.*, 2013).

O tema da violência contra pessoas mais velhas, em ambiente familiar, apareceu pela primeira vez, em meados dos anos 1970, em revistas científicas britânicas, “Granny battering” (OMS/INPEA, 2002). O problema surge em “segundo lugar” na arena pública, relativamente a outros problemas sociais envolvendo a violência familiar, como os maus-tratos infantis e a violência conjugal (Wolf, 2000).

Embora o corpo de literatura sobre a violência contra as pessoas idosas esteja a crescer, a pesquisa mantém-se bastante limitada em várias áreas. Uma das dimensões que tem sido pouco estudada são os comportamentos de procura de ajuda das pessoas idosas vítimas de violência - aspeto crucial na prevenção e, sobretudo, no combate ao fenómeno. O planeamento, desenvolvimento e avaliação de estratégias interventivas deverão ser específicas desta população, de modo a garantir a sua adequabilidade e a adesão por parte das pessoas idosas. Nesse sentido, é crucial compreender quais as barreiras que dificultam ou impedem as vítimas e terceiros de reportar situações de violência.

A notificação das situações implica o conhecimento por parte das vítimas dos serviços e respostas sociais existentes. Ainda que pouca investigação exista sobre este tema, é consensual que a falta de informação e conhecimento sobre os serviços será responsável por parte da subnotificação de situações de violência contra as pessoas idosas (Moon *et al.*, 2000). Contudo, alguns estudos realizados junto de mulheres com 45 e mais anos vítimas de violência por parte de familiares têm indicado que, apesar do conhecimento da lei e serviços de proteção, as vítimas mantêm-se muitas vezes relutantes em denunciar (Newman *et al.*, 2010; Beaulaurier *et al.*, 2007). O Estudo Nacional sobre violência contra as pessoas idosas realizado em 1998 nos EUA (NEAIS, 1998) observou que grande parte das barreiras identificadas pelas pessoas idosas vítimas de violência se centrava no seu sistema de valores e crenças, como a religiosidade, a vergonha pelo nome da família, entre outros. Alguns estudos desenvolvidos no âmbito da violência conjugal têm também relacionado a “vontade” ou a capacidade das vítimas para ultrapassar barreiras e procurar ajuda, com mudanças na sua autoperceção e/ou na perceção da própria situação de violência (Ulrich, 1991, 1993). A investigação tem, assim, revelado a importância das atitudes pessoais e do sistema de crenças da própria vítima para a identificação das barreiras que esta perceciona quando procura ajuda exterior para a sua situação de violência (Newman *et al.*, 2010).

Alguns autores propõem, relativamente ao comportamento de procura de ajuda das vítimas de violência doméstica, a divisão entre barreiras internas e barreiras externas (Beaulaurier *et al.*, 2007; Moon *et al.*, 2000).

As barreiras externas referem-se a pessoas e sistemas externos ao agressor e à vítima, incluindo não só a reação das vítimas a esses sistemas, como o impacto e a reação desses sistemas e pessoas externas à situação de violência (Beaulaurier *et al.*, 2007). Ou seja, as barreiras externas integram também as potenciais reações de outros membros da família, da comunidade e até da sociedade, pois o modo como o problema é percecionado pela população em geral irá afetar e ditar a forma como as vítimas procuram solucionar o seu problema (Beaulaurier *et al.*, 2007; Dong *et al.*, 2011; Moon *et al.*, 2000). Incluem-se aqui as respostas estatais e sociais às situações de violência, não só ao nível da sua disseminação, mas em termos de tipo e adequabilidade. Não é só necessário que as respostas sociais existam e estejam disponíveis, mas estas têm de estar adaptadas em termos culturais e de linguagem às pessoas idosas e ter em conta aspetos de mobilidade, como por exemplo, dinheiro, capacidade funcional e transportes.

A eficácia com que estes diferentes intervenientes respondem ao problema afeta igualmente a perceção de credibilidade pelas vítimas de violência, aumentando ou diminuindo as barreiras no comportamento de procura de ajuda. Algumas investigações com populações mais novas têm de facto demonstrado que a resposta judicial é uma das barreiras mais significativas ao comportamento de procura de ajuda por diversos motivos: medo de brutalidade policial contra o agressor ou perceção negativa de aprisionamento e castigo; ineficácia das ordens judiciais; medo de incompreensão ou até ridicularização da polícia da situação vivida pela vítima; favorecimento do agressor, entre outros (Beaulaurier *et al.*, 2007; Moon *et al.*, 2000). Conquanto

não se possa traçar uma linha de causalidade entre as percepções individuais das vítimas sobre os sistemas de resposta e o melhor ou pior funcionamento destes sistemas, estes estudos revelam como as potenciais reações das pessoas e sistemas externos à relação abusiva constituem uma barreira à procura de ajuda externa.

A relação entre as barreiras externas percebidas e as barreiras reais derivadas dos sistemas e pessoas externas à situação de violência nem sempre é perceptível. Sociedades ou comunidades mais fechadas em si mesmas e mais tradicionais poderão estar menos suscetíveis a aceitar intervenção externa (por exemplo de forças policiais). Nos EUA, e dado a integração na sua população de várias etnias e culturas, tem existido um incentivo para a compreensão do comportamento de procura de ajuda em “subpopulações” e minorias, como a população afro-americana, latina, coreana, indiana, nativo-americana e chinesa (Dong *et al.*, 2011). Estes estudos têm mostrado diferenças não só em termos de constructo, definição e compreensão do fenómeno entre diferentes populações, mas também nas barreiras para reportar a violência. O modo como determinado contexto sociocultural lida com o problema também determina o número de pessoas que pedirá ajuda a pessoas e serviços estranhos ao sistema familiar. Além disso, a representação social das pessoas idosas sobre o modo como a sociedade constrói o fenómeno também influencia a sua decisão, dado que podem antever reações mais ou menos facilitadores do seu pedido de ajuda e apoio. Ou seja, a cultura determina o modo como as pessoas idosas percebem, reportam e pedem ajuda face a situações de violência (Lee *et al.*, 2009). Neste âmbito as barreiras externas interligam-se com as barreiras internas que descrevem o sistema de crenças, valores e normas da vítima, bem como a dinâmica relacional entre vítima e agressor.

As pessoas idosas podem não denunciar casos de violência por uma série de razões, incluindo a vergonha, desconhecimento ou falta de informação, valores religiosos ou espirituais, o medo de ter que sair de sua casa, a proteção do agressor e da família, entre outras (Brandl, 2000; Swanson, 1998). Outra dimensão das barreiras internas diz respeito à dinâmica relacional, onde se insere, por exemplo, a dependência financeira e as potenciais represálias por parte do agressor (Brandl, 2000).

A diferenciação entre as barreiras internas e as externas nem sempre é explícita, uma vez que as barreiras externas e internas coexistem e influenciam-se mutuamente dentro de um contexto sociocultural específico onde a vítima, o agressor e a violência habitam (Beaulaurier *et al.*, 2007; Moon *et al.*, 2000). Uma pessoa idosa que sobrevalorize os laços familiares face à violência mostrará ainda mais reticência em pedir apoio se a sua comunidade e serviços existentes circunscreverem o problema a um aspeto privado do foro familiar.

No âmbito dos comportamentos e barreiras para a procura de ajuda, a maior parte da investigação tem-se debruçado sobre as barreiras externas, mais especificamente, sobre o número de recursos e serviços existentes, o seu tipo e a sua eficácia na resposta ao problema (Newman *et al.*, 2010). A única barreira interna que tem sido com mais frequência tema na investigação sobre a procura de ajuda é o conhecimento ou o desconhecimento dos recursos e serviços existentes por parte das vítimas (Newman *et al.*, 2010; Beaulaurier *et al.*, 2007). Esta barreira interna se resulta, em parte de características sociodemográficas e económicas individuais, é também influenciada pelo contexto sociocultural, nomeadamente, pelo reconhecimento público que é dado à violência contra as pessoas idosas numa determinada cultura e contexto histórico.

Sociedades em que há maior tolerância para com a violência doméstica, considerando-se um assunto do foro privado, que, pelo pudor ou decoro implícito, deve ser resolvido internamente pelos membros da família, providenciarão menos recursos para as vítimas. Ao mesmo tempo irão favorecer ou contribuir para a internalização da vítima de crenças sobre a denúncia representar a “vergonha da família”. Lee e Eaton (2009), por exemplo, observaram uma correlação entre o grau de adesão a valores tradicionais e a possibilidade de pessoas idosas vítimas de violência procurarem ajuda junto de respostas sociais formais, sendo que quanto mais elevada a adesão menor a possibilidade daquelas recorrerem a ajuda externa.

Sociedades com manifesta intolerância à violência doméstica, transponíveis na legislação, no suporte e apoio às vítimas e na agilização das respostas, poderão ter mais vítimas a denunciar ou a apresentar queixa sobre a sua situação. No entanto, a proteção do agressor e da família, pelos laços afetivos que envolve, as crenças religiosas ou espirituais e assunção de obrigações de determinado papel familiar (por exemplo dos pais para com os filhos) fará com que muitas das vítimas não recorram a estranhos para pedir ajuda ou apoio. É

importante não descurar o impacto das barreiras internas no comportamento de procura de ajuda das pessoas idosas vítimas de violência, as quais serão moldadas pela cultura.

O modelo teórico explicativo que melhor vai ao encontro desta perspectiva, integrando não só aspetos individuais, mas relacionais e culturais na explicação da violência contra os mais velhos é o modelo sócio ecológico. Este modelo, adaptado da proposta de Bronfenbrenner (1997, citado por Schiamberg *et al.*, 1999) propõem estruturar ecologicamente o fenómeno da violência. O desenvolvimento humano e o envelhecimento são resultado de relações recíprocas entre os diferentes contextos críticos de vida (por exemplo, família, trabalho, relacionamentos com seus pares). Neste âmbito, a violência é perspectivada sistemicamente, tendo por base as relações interpessoais que se desenvolvem numa comunidade de um contexto sociocultural específico. Por outras palavras, o processo de desenvolvimento humano, ao longo do ciclo de vida, é condicionado, ele próprio, pelas mudanças que configuram os contextos sociais e culturais onde os indivíduos se inserem e estabelecem diferentes relações sociais (Schiamberg *et al.*, 1999; Se´ver, 1999).

O modo como as vítimas de violência dão resposta à situação que vivenciam não é indiferente do sistema de crenças, atitudes ou normas sociais do contexto macro onde a violência tem lugar. As barreiras à procura de ajuda incluirão não só aspetos relacionados com os serviços, mas também a perceção que as vítimas fazem do impacto e potenciais reações dos outros à utilização desses mesmos serviços. As potenciais reações de outros membros da família, da comunidade onde se está inserido ou até mesmo da capacidade de resposta atribuível a esses serviços, apontam para uma resposta à violência, específica daquele (e não de outro) contexto sociocultural. Valores e normas culturais, crenças e tradições afetam significativamente a vida familiar, ditando os papéis e responsabilidades dos seus diferentes membros, como estes se relacionam, tomam decisões, definem problemas e distribuem recursos. Adicionalmente a cultura influencia como as famílias lidam com o *stress* e determina se e quando as famílias recorrerão a “outsiders” para pedir ajuda (Lee *et al.*, 2009; Moon *et al.*, 2000).

Objetivos

No presente trabalho analisa-se o comportamento de procura de ajuda de pessoas com 60 e mais anos vítimas de violência em contexto familiar, considerar não só variáveis individuais que poderão influenciar este comportamento, mas também as motivações e razões evocadas pelas próprias vítimas para justificar a não denúncia ou apresentação de queixa. Procura-se aprofundar o conhecimento das barreiras internas e externas para a denúncia da violência. Apresentam-se dados relativos à denúncia a partir dos resultados do estudo de prevalência a nível nacional de violência contra as pessoas idosas em contexto familiar - projeto “Envelhecimento e violência”¹. O projeto Envelhecimento e Violência teve como objetivo geral estimar a prevalência de violência em contexto familiar (física, psicológica, financeira, sexual e negligência), na população portuguesa com 60+ anos nos 12 meses anteriores à entrevista (Gil *et al.*, 2014).

As pessoas com 60+ anos que reportaram terem sido vítimas de violência nos 12 meses anteriores à entrevista foram questionadas sobre a possibilidade de *terem falado, apresentado queixa ou contactado uma instituição ou serviço* sobre os atos reportados. No presente trabalho consideram-se as vítimas de violência em geral, que foi definida como qualquer ato ou conduta de natureza física, psicológica, financeira, sexual ou de negligência, cometida contra uma pessoa com 60+ anos, por um membro da família, amigo, vizinho, conhecido ou profissional remunerado.

O primeiro objetivo é apresentar as estimativas de pessoas com 60+ anos, que sendo vítimas, apresentam queixa ou denúncia sobre a sua situação. Em segundo lugar caracteriza-se as vítimas de violência que procuraram ajuda, tanto junto da rede social formal, como informal, e os recursos e serviços que foram utilizados. A exploração dos motivos e as razões apresentadas pelas vítimas para não denunciarem ou apresentarem queixa sobre a situação de violência que vivenciaram, constitui o terceiro objetivo.

Metodologia

O estudo realizado no âmbito do projeto “Envelhecimento e Violência” foi do tipo descritivo transversal, com recolha de dados através de questionário via telefone e contemplou uma amostra aleatória de base populacional estratificada por região de saúde com alocação homogénea de 1123 pessoas (Gil *et al.*, 2014). A taxa de resposta ao inquérito foi de 74.03%.

Para efeitos de análise foram consideradas todas as pessoas com 60+ anos que reportaram terem sido vítimas de algum ato de violência nos 12 meses anteriores à entrevista (n=138). Os resultados apresentados foram ponderados para a distribuição da população em termos geográficos, grupo etário e sexo.

Recorrendo a técnicas de análise estatística descritiva apresenta-se as frequências ponderadas das vítimas que apresentaram queixa ou denunciaram. Para testar a associação da denúncia/queixa com as variáveis de desagregação foi utilizada a estatística F-modificada variante do ajustamento de 2ª ordem do Qui-Quadrado de Rao-Scott.

O nível de significância dos testes estatísticos foi estabelecido em 5%.

O tratamento e a análise estatística foram desenvolvidos com recurso aos pacotes de programas estatísticos SPSS e Stata.

Resultados

O estudo “Envelhecimento e violência” estimou que 12.3% da população com 60 e mais anos foi vítima de, pelo menos, uma conduta de violência, nos 12 meses anteriores à entrevista, por parte de um familiar, amigo, vizinho ou profissional remunerado. Os principais tipos de violência foram a financeira (6.3%) e a psicológica (6.3%), com uma igual prevalência, seguindo-se a violência física com 2.3%, a negligência (0.4%) e a violência sexual (0.2%) (Gil *et al.*, 2014).

Os respondentes vítimas de crime e violência foram questionados sobre a possibilidade de terem falado, apresentado queixa ou contactado uma instituição ou serviço sobre os atos de violência experienciados. No quadro que se segue apresentam-se as estimativas ponderadas para a população. Cerca de 65% das pessoas com 60 + anos vítimas de crime e violência nos últimos 12 meses, não falou, contactou ou apresentou queixa sobre a situação que vivenciou. Quando o fez, dirige-se apenas a uma instituição ou serviço (32.6%).

Falar, contactar ou apresentar queixa (N =134)	N	Estimativas na população	
		\hat{p}	IC 95%
Não	88	64.9	[52.8;75.4]
Sim	46	35.1	[24.6; 47.2]
Sim, a 1 Instituição/serviço	42	32.6	[22.5; 44.7]
Sim, a 2 Instituições/serviços	4	2.5	[0.7; 8.3]

Quadro 1 - Apresentação de queixa/denúncia

Sociografia das vítimas que denunciam em Portugal

Na análise desagregada da denúncia/queixa por diferentes tipos de variáveis, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas. Cerca de um terço das mulheres e um terço dos homens apresentaram denúncia/queixa, não se verificando diferenças consoante o sexo.

O número reduzido de respostas obtidas dificultou a análise estatística e, apesar de não se terem observado diferenças estatisticamente significativas, a frequência de denúncia ou queixa foi diferente consoante o grupo etário, o estado civil e os anos de escolaridade (Quadro 2). À medida que aumenta o número de anos de escolaridade, também aumenta a proporção de vítimas que procurou ajuda, exceto no caso das vítimas mais escolarizadas. O grupo de vítimas com 10 ou mais anos de escolaridade foi o que menos reportou ou denunciou a situação de violência de que foi alvo. Estes resultados providenciam, aparentemente, informação

contraditória. De facto, a escolaridade tem sido indicada como um fator importante no combate à subnotificação da violência doméstica (Beaulaurier *et al.*, 2007; Brandl, 2000; Moon *et al.*, 2000; Newman *et al.*, 2013). Contudo, também tem sido sugerido que as pessoas mais escolarizadas podem experimentar, mais facilmente, barreiras internas tal como o embaraço ou a vergonha (Beaulaurier *et al.*, 2007; Brandl, 2000; Moon *et al.*, 2000; Newman *et al.*, 2013).

As vítimas nos grupos etários mais novo e mais velho, bem como as vítimas divorciadas apresentaram queixa ou denúncia com maior frequência.

	Falar, contactar ou denunciar	
	Sim \hat{p}	Não \hat{p}
Sexo		
Feminino	35.5	64.5
Masculino	34.2	65.8
Idade		
60-69	38.1	61.9
70-79	16.8	83.2
80+	43.3	56.7
Estado civil		
Casado(a)/ União de facto	31.6	68.4
Solteiro(a)	43.5	56.5
Viúvo(a)	33.2	66.8
Divorciado(a)/Separado(a)	66.1	33.9
Escolaridade		
0 Anos	26.3	73.7
4 Anos	38.3	61.7
5 a 9 Anos	69.7	30.3
10 ou + Anos	18.9	81.1

Nota: Cálculo em linha

Quadro 2 - Apresentação de queixa/denúncia por sexo, grupo etário e estado civil

No caso das vítimas divorciadas é de notar que a frequência da denúncia poderá estar relacionada com o tipo de relação com o agressor, uma vez que 75% dos agressores indicados pelas vítimas divorciadas eram “outros familiares”. E, tal como é visível no gráfico que se segue, uma maior proporção de vítimas que reportou os outros familiares como agressores procurou ajuda, comparada com a proporção de vítimas que reportaram outro tipo de laço social com o agressor (Gráfico 1). Quando os agressores pertenciam à família nuclear ou à rede social informal, as vítimas referenciavam com menor frequência a situação de violência. Estes resultados vão ao encontro do que tem sido referenciado na literatura: é mais difícil denunciar incidentes perpetrados por alguém da família nuclear, nomeadamente cônjuges e descendentes (Brandl, 2000; Swanson, 1998). Contudo, no presente estudo, esta dificuldade também está presente na violência levada a cabo pelos “outros familiares”

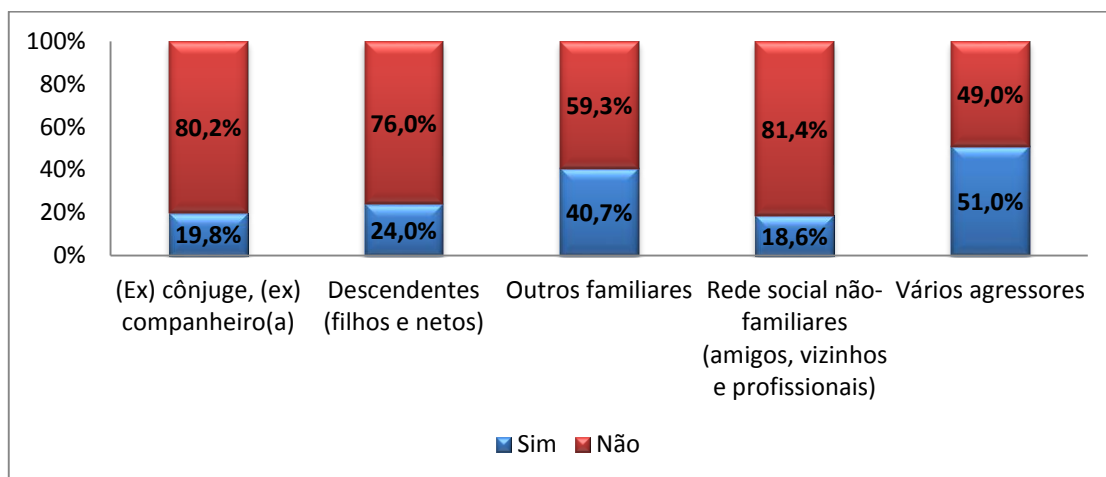


Gráfico 1 - Apresentação de queixa/denúncia segundo o tipo de relação da vítima com o agressor (N=133)

Procura de ajuda: fatores que contribuem a apresentação de denúncia/queixa

Relativamente aos fatores que poderão estar relacionados com o comportamento de procura de ajuda e de apresentação de queixa/denúncia por parte das vítimas, analisou-se adicionalmente se o tipo de violência poderia ser uma variável que influenciasse tal comportamento (Gráfico 2). Embora não se tenham verificado diferenças estatisticamente significativas na frequência de queixa/denúncia entre tipos de violência, constatou-se que uma menor proporção de vítimas de violência física denunciou/apresentou queixa menos frequentemente (8%).

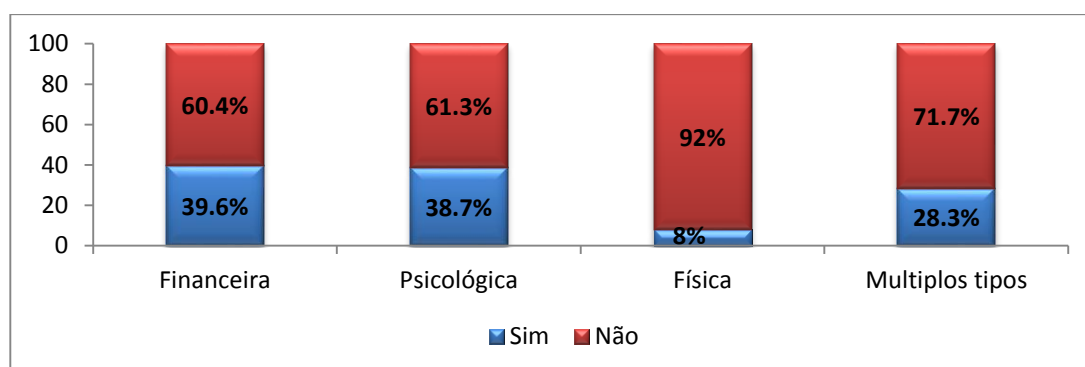


Gráfico 2 - Apresentação da queixa/ denúncia segundo o tipo de violência (N=134)

O gráfico que se segue (Gráfico 3) relaciona a apresentação de queixa/denúncia com o número de condutas a que as vítimas foram sujeitas. Ainda que não tenham sido encontradas diferenças estatisticamente significativas nesta relação, verificou-se, que existe uma maior proporção de vítimas que sofreu de três ou mais condutas de violência a apresentar queixa/denúncia, em comparação com as vítimas sujeitas a uma ou duas condutas.

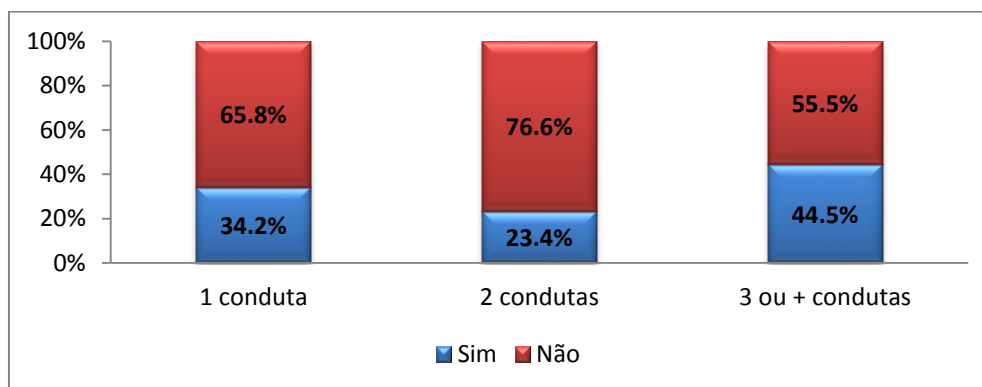


Gráfico 3 - Apresentação de queixa/denúncia segundo o número de condutas (N=137)

As vítimas foram ainda questionadas sobre as instituições ou serviços que contactaram ou onde apresentaram queixa (Quadro 3). Os resultados indicam que 20.7% das vítimas procurou as forças de segurança (PSP ou GNR) para denunciar a sua situação de vitimização e 7% partilhou a sua história de violência com a rede informal. Os profissionais de saúde constituíram também um grupo profissional a quem as vítimas recorreram. O Ministério Público, advogados e Segurança Social foram igualmente procurados, embora com menor frequência.

Entidades contactadas	N	Estimativas na população	
		\hat{p}	IC 95%
Forças de Segurança (PSP e GNR)	30	20.7	[12.8,31.7]
Rede informal (e.g. amigos, vizinhos e colegas de trabalho)	5	7.0	[2.7, 17.0]
Profissionais de saúde	7	4.5	[1.4, 13.2]
Ministério Público	5	3.5	[1.0, 11.9]
Advogados	1	1.4 [§]	[0.2, 9.7]
Segurança Social	1	0.2 [§]	[0.0, 1.5]

Nota: N=133
[§] Estimativa obtida com n<5.

Quadro 3 - Entidades contactadas pelas vítimas para a apresentação de queixa/denúncia

Razões para a não denúncia ou apresentação de queixa

De modo a poder conhecer as razões e motivos para a não denúncia, a partir da perspectiva das próprias vítimas, a seguinte questão aberta foi incluída no questionário: “*se nunca contactou nenhum serviço ou instituição qual a principal razão para não o fazer?*”.

Um dos principais motivos evocados pelas pessoas com 60+ anos, vítimas de violência foi considerar como irrelevante o incidente (38.1%) (Quadro 4). Cerca de 10.5% considerou a importância da família e dos laços afetivos com o agressor como um dos motivos para a não apresentação de queixa. As vítimas indicaram com menor frequência o medo de represálias/agravamento da situação e de que ninguém acreditasse (5.9%) ou ainda a falta de informação relativa a quem recorrer (5.1%).

Destacam-se ainda outras razões como a dependência financeira do agressor (3.2%), a vergonha (1.6%) e a tentativa do próprio em encontrar uma solução (1.6%).

Motivo para não falar, contactar ou apresentar queixa*	n	Estimativas na população	
		\hat{p}	IC 95%
Irrelevância	35	38.1	[27.2,50.3]
Proteção do agressor e família	22	10.5	[5.7, 18.4]
Medo	11	5.9	[2.3, 14.2]
Falta de informação	5	5.1	[1.8, 13.8]
Dependência financeira	2	3.2 [§]	[0.7, 13.8]
Vergonha	4	1.6 [§]	[0.4,7.1]
A tentar solucionar	1	1.6 [§]	[0.2, 10.7]

Nota: N=133
*Respondente podia dar respostas múltiplas
[§] estimativa obtida com n<5.

Quadro 4 - Motivos evocados para a não apresentação de queixa/ denúncia

No quadro que se segue observa-se que dos motivos para a não apresentação de queixa/denúncia, a vergonha e a falta de informação, bem como a proteção do agressor e da família, foram sobretudo identificados pelas vítimas de múltiplos tipos de violência (Quadro 5).

O medo é transversal aos vários tipos de violência, o que significa que as vítimas percecionam o medo como um fator central para a não apresentação da queixa ou denúncia.

A dependência financeira parece ser de grande relevância para as vítimas de violência física e sendo esta maioritariamente exercida pelos cônjuges/companheiros corresponde assim a um aspeto presente, sobretudo, na violência conjugal.

Motivos*	Múltiplos tipos \hat{p}	Financeira \hat{p}	Psicológica \hat{p}	Física \hat{p}	Total %
Irrelevância	4.7	50.2	6.4	38.7	100
Proteção do agressor e família	52.1	15.3	13.5	19.1	100
Medo	25.5	21.7	14.9	37.9	100
Falta de informação	94.8	5.2	0.0	0.0	100
Dependência financeira	28.2	0.0	0.0	71.8	100
Vergonha	94.3	5.7	0.0	0.0	100
A tentar solucionar	100.0	0.0	0.0	0.0	100

Nota: N=133;
*Respondente podia dar respostas múltiplas

Quadro 5 - Motivos evocados para a não apresentação de denúncia/queixa segundo tipos de violência

Conclusão

Em síntese, a grande maioria das pessoas com 60+ anos, vítimas de violência em Portugal, não denunciou, nem apresentou queixa sobre a situação de violência que viveu. Conquanto não se tenham verificado diferenças estatisticamente significativas, verifica-se que a subnotificação é proporcionalmente maior nas vítimas entre os 70 e os 79 anos de idade, casada ou viúva e com até 4 anos de escolaridade.

A não procura de ajuda face a uma situação de violência parece ser comum às diferentes categorias de agressores, tipos de violência e número de condutas vivenciadas, uma vez que também não foram observadas

diferenças significativas. Contudo, proporcionalmente as vítimas denunciam mais situações de violência financeira e psicológica, situações de violência caracterizadas por 3 ou mais condutas ou aquelas perpetradas por outros familiares.

Dos principais motivos identificados pelas vítimas para a não denúncia destacam-se: considerarem o incidente como sendo irrelevante (38.1%) e a importância da família e os laços afetivos com o agressor (10.5%). A percepção da situação de violência como sendo irrelevante foi mais reportada pelas vítimas de violência financeira e física, enquanto a importância de proteger o agressor e a família foi sobretudo evocada por vítimas de múltiplos tipos de violência.

A violência contra pessoas com 60 e mais anos é vivida ainda em silêncio pelas vítimas. O fenômeno é ainda um assunto tabu e oculto. Dos cerca de 20% das vítimas que procuraram ajuda, a maioria destas recorre aos serviços formais, como são as forças de segurança pública, ainda que a rede social informal se mantenha como um recurso importante.

O tipo de violência experienciada ou a intensidade de violência (múltiplos tipos e condutas) não surgem como fatores determinantes no comportamento de procura de ajuda, o que poderá indicar que a severidade/gravidade da violência não será o fator mais preponderante para explicar a tomada de decisão das pessoas idosas vítimas de violência. As vítimas de violência física são as que menos reportam a situação de violência. Este resultado pode estar relacionado com o que Randall (1990, citado por Reidy *et al.*, 1991) já observou - há medida que a violência tende a ficar mais severa, aumenta também o sentimento de desesperança e de isolamento das vítimas e, conseqüentemente, a sua procura ativa de ajuda diminui. De notar que no caso da violência física, cerca de metade, foi reportada no âmbito das relações conjugais, o que implicará, na grande maioria, uma violência continuada no tempo. Há ainda alguns autores que indicam que a violência física corresponderá, sobretudo nas sociedades com tradições fortes de valorização da família, a uma maior vergonha e conseqüentemente a um maior tabu, que dificultará ainda mais a denúncia (Lee *et al.*, 2009; Moon *et al.*, 2000; Moon *et al.*, 1993).

Os dados sobre a violência financeira apresentam uma aparente contradição. As vítimas de violência financeira foram as que mais denunciaram ou apresentaram queixa sobre a sua situação e, por outro lado, foram também as que mais evocaram a “irrelevância” da situação para justificar a não denúncia. A violência financeira poderá em muitos casos não ser percebida como tal, ao mesmo tempo que poderá estar sujeita a menor vergonha ou tabu, em contraste com a violência física. Estes resultados poderão indicar a importância da percepção por parte da vítima, nomeadamente, ao nível do reconhecimento (ou não) da situação de violência. Sanchez (1996) refere, no caso da violência financeira, a importância da dinâmica familiar. Este autor sublinha que o que é visto externamente como exploração pode, no interior da família, ser percebido como apoio financeiro, enraizado em expectativas familiares e culturais. O suporte financeiro dos pais para com os familiares corresponderia a uma “obrigação” familiar aceite numa determinada comunidade.

De uma forma geral os resultados indicam que o comportamento de procura de ajuda no caso da violência contra pessoas idosas deverá ter em conta a percepção e a subjetividade com que as vítimas avaliam a situação que vivenciam, aspeto interligado com o sistema de valores, normas e crenças do contexto onde estão inseridas.

Os motivos identificados pelas vítimas para não denunciarem sugerem igualmente o peso dos aspetos culturais. A elevada percentagem de indivíduos que considerou que o(s) incidente(s) de violência eram demasiado irrelevantes para denunciar, é indicativo do não reconhecimento e valorização da situação. Este aspeto é também sublinhado pela importância da família e dos laços afetivos com o agressor como o segundo principal motivo evocado pelas vítimas. Nestes dois principais motivos fica claro a preponderância das barreiras internas, nomeadamente os laços geracionais e afetivos e o sistema de crenças da vítima, comumente indicadas na literatura como aspetos relevantes para a não procura de ajuda (Brandl, 2000). Moon e Williams (1993) observaram mesmo que o reconhecimento ou identificação da violência, a par da tolerância face a esta, constituíam dois importantes preditores da intenção de uma pessoa idosa procurar ajuda.

Outra barreira interna usualmente referida é o medo, que no presente estudo surgiu como o terceiro motivo mais evocado. Muitas vítimas temem a retaliação e de facto, alguma investigação tem mostrado que as vítimas estão frequentemente em maior risco de serem “feridas” ou “mortas” quando pedem ajuda ou procuram deixar a relação violenta (Bachman *et al.*, 1995).

Apesar do peso das barreiras internas, a falta de informação (real ou percebida) referida pelas vítimas como um dos motivos para não denunciar, indica que os aspetos relacionados com os serviços são uma dimensão relevante para a compreensão do comportamento das vítimas.

Os resultados indicam a preponderância das barreiras internas na procura de ajuda por parte das pessoas idosas vítimas de violência em Portugal, nomeadamente pelas pré-noções existentes sobre o papel da família, da obrigação familiar e questões patrimoniais (Gil, 2010). Os serviços e as respostas sociais, de modo a diminuir a subnotificação do fenómeno, devem-se consciencializar das normas e valores culturais, da população mais velha, que podem constranger o seu pedido de ajuda. A divulgação dos serviços e recursos deve se adequar às necessidades físicas e funcionais das pessoas idosas - considerando, por exemplo, transportes, mobilidade e capacidade financeira -, mas também ao seu sistema de crenças e valores. Ou seja, as respostas sociais ao fenómeno devem desenvolver as suas estratégias tendo em conta as crenças sobre o papel da família, os valores religiosos e espirituais e mesmo os laços emocionais que podem, particularmente nesta população, interferir com o pedido de ajuda externa por parte das vítimas.

A presente comunicação apresenta algumas limitações que dificultaram a análise e que requerem alguma cautela nos dados apresentados. A primeira, e talvez mais relevante, diz respeito ao reduzido número de respostas em algumas categorias, não providenciando suficiente potência aos testes estatísticos utilizados. Este aspeto, partilhado por muitos outros estudos de prevalência, só é ultrapassado com o sobredimensionamento das amostras, acrescendo elevados custos aos projetos. Outro aspeto importante está implicado na própria natureza do estudo, o qual sendo transversal-descritivo não possibilita a interpretação causal.

Referências bibliográficas

- Bachman, R., & Saltzman, L. (1995). *Violence against women: estimates from the redesigned survey*. Washington, D.C. Bureau of Justice Statistics.
- Beaulaurier, R. L., Seff, L. R., Newman, F. L. & Dunlop, B. (2007). External barriers to help seeking for older women who experience intimate partner violence. *Journal of Family Violence*, 22, 747–755. doi: 10.1007/s10896-007-9122-y
- Brandl, B. (2000). Power and control: Understanding domestic abuse in later life. *Generations*, 24(2), 39-45.
- Dong, X., *et al.* 2011b. “How Do U.S. Chinese Older Adults View Elder Mistreatment? Findings from a Community-Based Participatory Research Study.” *Journal of Aging and Health* 23(2): 289–312.
- Gil, A. P. (2010). *Heróis do quotidiano: Dinâmicas familiares na dependência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Gil, A. P., & Santos, A. J. (2012). Simbologias em torno do processo de envelhecer e da vitimação: um estudo qualitativo. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 151-175.
- Gil, A. P., Santos, A.J., Kislaya, I., Nicolau, R. (Eds.) (2014). *Envelhecimento e Violência*, Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge. Lisboa. ISBN 978-972-8643-88-1
- Lee, H. Y. & Eaton, C. K. (2009). Financial Abuse in Elderly Korean Immigrants: Mixed Analysis of the Role of Culture on Perception and Help-Seeking Intention. *Journal of Gerontology Social Work*, 52(5), 463-488. doi: 10.1080/01634370902983138
- Moon, A., & Evans-Campbell, T. (1999). Awareness of formal and informal sources of help for victims of elder abuse among Korean American and Caucasian elders in Los Angeles. *Journal of Elder Abuse and Neglect*, 11(3), 1-23.

- Moon, A., & Evans-Campbell, T. (2000). Awareness of Formal and Informal Sources of Help for Victims of Elder Abuse Among Korean American and Caucasian Elders in Los Angeles, *Journal of Elder Abuse and Neglect*, 11(3), 1-23, doi: 10.1300/J084v11n03_01
- Moon, A., & Williams, O. (1993). Perceptions of elder abuse and help-seeking patterns among African-American, Caucasian American, and Korean-American elderly women. *The Gerontologist*, 33, 386–395.
- National Center on Elder Abuse (1998). *The National Elder Abuse Incidence Study*. Washington DC: National Center on Elder Abuse. Acedido de http://aoa.gov/AoA_Programs/Elder_Rights/Elder_Abuse/docs/ABuseReport_Full.pdf
- Newman, F. L., Seff, L. R., Beaulaurier & Palmer, R. C. (2013). Domestic abuse against elder women and perceived barriers to help-seeking. *Journal of Elder Abuse & Neglect*, 25(3), 205-229, doi: 10.1080/08946566.2012.751836
- Newman, F., Seff, L., & Beaulaurier, R. (2010). *Testing a model of domestic abuse against elder women and perceived barriers to help-seeking: comparing victim and non-victim responses*. Florida: Robert Stempel College of Public Health and Florida International University.
- Reidy, R., & Von Korff, M. (1991). Is battered women's help seeking connected to the level of their abuse? *Public Health Reports*, 106(4), 360–364.
- Sanchez, Y. (1996). *Distinguishing cultural expectations in assessment of financial exploitation*. *Journal of Elder Abuse and Neglect* 8(2):49-59.
- Santos, A. J., Nicolau, R., Fernandes, A. A., & Gil, A. P. (2013). Prevalência da violência contra as pessoas idosas: uma revisão crítica da literatura. *Sociologia. Problemas & Práticas*, 72, 53-57. doi: 10.7458/SPP2013722618
- Schiemberg, L. B., & Gans, D. (1999). An ecological framework for contextual risk factors in elder abuse by adult children. *Journal of Elder Abuse and Neglect*, 11(1), 79-103.
- Swanson. S. (1998). *Abuse and Neglect of Older Adults*. Canada, Ottawa: National Clearinghouse on Family Violence.
- Ulrich, Y. C. (1991). Women's responses for leaving abusive spouses. *Health Care for Women International*, 12(1), 465–473.
- Ulrich, Y. C. (1993). What helped most in leaving spouse abuse: Implications for interventions. *AWHONN's Clinical Issues in Perinatal and Women's Health Nursing [Association of Women's Health, Obstetric, and Neonatal Nurses]*, 4(3), 385–390.
- Wolf R. S. (2000). *Risk assessment instruments*. National Center on Elder Abuse, Newsletter, Acedido de http://www.ncea.aoa.gov/ncearoot/main_site/library/Statistics_Research/Research_Reviews/risk_assessment.aspx
- World Health Organization/International Network for the Prevention of Elder Abuse (2002). *Missing voices: views of older persons on elder abuse*. Geneva: World Health Organization.

ⁱ O projeto Envelhecimento e Violência (2011-2014), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, tem como entidade proponente o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP (Departamento de Epidemiologia) e como entidades parceiras: CESNOVA da Faculdade Ciências Sociais e Humanas da UNL (CESNOVA/FCSH); Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IP (INMLCF, IP); Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV); Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP) e Guarda Nacional Republicana (GNR). O projeto incluiu dois estudos: o estudo populacional sobre a violência e o estudo sobre vítimas de violência.